



Recebido em: 25/07/2025

Aprovado em: 07/11/2025

Publicado em: 23/12/2025

**LINGUAGEM NO ESPAÇO DA FILOSOFIA GREGA PÓS-  
SOCRÁTICA: breve exposição sobre a convenção platônica e  
aristotélica**

**EL LENGUAJE EN EL ESPACIO DE LA FILOSOFÍA GRIEGA  
POSTSOCRÁTICA: una breve explicación sobre la convención  
platónica y aristótleana**

**LANGUAGE IN THE SPACE OF POST-SOCRATIC GREEK  
PHILOSOPHY: a brief explanation on the platonic and aristotlean  
convention**

Amanda Salomão<sup>88</sup>Edivaldo Simão de Freitas<sup>89</sup>Francisco Vitor Macêdo Pereira<sup>90</sup>**Resumo**

Nosso objetivo com esta pesquisa é trazer um breve comentário descritivo sobre como se compreendia a relação significativa entre a linguagem e os nomes que ela representava da realidade, focando nossa metodologia descritiva bibliográfica acerca do pensamento filosófico ao assunto no período clássico do espaço geográfico helenístico, portanto determinamos como uma pesquisa de análise e revisão literária bibliográfica de temática geo-histórica descritiva, apenas. Nosso trabalho explora um debate já bastante conhecido entre as teorias linguísticas de Platão e Aristóteles, especialmente no que toca ao convencionalismo da linguagem. Ao primeiro filósofo o debate gira em torno da

<sup>88</sup> Professora do departamento de engenharia e tecnologias e do departamento de letras e pedagogia do Centro Universitário UniFatecie. Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: amandalopesouza@gmail.com

<sup>89</sup> Graduação em Letras (UFC), em Filosofia (UFC), em Artes Visuais (UECE). Mestrado em Filosofia (UFC) e em Estudos da Tradução (UFC). Doutor em Letras (UFC). Fortaleza-CE. E-mail: edfrei07@gmail.com

<sup>90</sup> Professor de Filosofia do Instituto de Humanidades e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. E-mail: vitor@unilab.edu.br



correção dos nomes e se a linguagem tem uma base natural ou convencional. Quanto ao segundo pensador, ele trata da linguagem sob uma perspectiva mais geopolítica e funcional, buscando definir na linguagem seu aspecto funcional essencial para a vida política e social do ser humano, destacando a importância do *logos* (discurso) como uma característica definidora da natureza humana, em que a linguagem se torna útil para expressar a realidade como convenção. Portanto, concluímos em nosso trabalho que ambos os pensamentos influenciaram a filosofia e a ciência da linguagem, trazendo sua relevância para o desenvolvimento da linguística moderna e crítica no espaço geopolítico e social contemporâneo.

**Palavras-Chave:** Platão. Aristóteles. Linguagem. Naturalismo. Convencionalismo.

### Abstract

Our objective with this research is to provide a brief descriptive commentary on how the significant relationship between language and the names it represented for reality was understood. Our methodology focuses on descriptive bibliographic analysis and literature review of philosophical thought on the subject during the classical period of Hellenistic geography. Therefore, we have chosen this research as a purely descriptive geohistorical literature review and analysis. Our work explores a well-known debate between the linguistic theories of Plato and Aristotle, especially regarding the conventionality of language. For the former philosopher, the debate revolves around the correctness of names and whether language has a natural or conventional basis. As for the latter, he approaches language from a more geopolitical and functional perspective, seeking to define its essential functional aspect for human political and social life, highlighting the importance of *logos* (discourse) as a defining characteristic of human nature, in which language becomes useful for expressing reality as a convention. Therefore, we conclude in our work that both thoughts influenced the philosophy and science of language, bringing their relevance to the development of modern and critical linguistics in the contemporary geopolitical and social space.

**Keywords:** Plato. Aristotle. Language. Naturalism. Conventionalism.

## 1 INTRODUÇÃO

Em nosso trabalho de revisão bibliográfica, apresentamos descritivamente uma análise das ideias de Platão e Aristóteles sobre a linguagem, com foco especial nas teorias do “convencionalismo individualista” platônico e “convencionalismo geopolítico linguístico” aristotélico.

Nosso texto discute e descreve como essas duas perspectivas filosóficas abordam a questão entre as vias do naturalismo e do convencionalismo, e como essas ideias influenciaram o desenvolvimento da filosofia acerca da linguagem dentro da perspectiva grega pós-socrática.

Em Platão, o debate se centra em duas teorias principais: o naturalismo, que sugere que há uma conexão intrínseca entre o nome e o objeto, e o convencionalismo, que argumenta que os nomes são atribuídos por convenção e não possuem uma relação



natural com o que representam. Enquanto em Aristóteles, o debate se centra sobre seu convencionalismo, que por sua vez, vê a linguagem como uma ferramenta essencial para a vida política e social do ser humano, diferenciando-o dos outros animais. Para Aristóteles, sua teoria das categorias linguísticas refletem a estrutura da realidade, e segundo ele, essa estrutura permite que a linguagem descreva o mundo de maneira precisa e organizada (ordenada).

Aristóteles também destaca a importância da convenção na formação dos nomes e da linguagem, mas sempre dentro de uma estrutura lógica que busca a verdade. Essa é nossa posição quanto ao que consideramos mais aceitável para a questão de trazer o debate da perspectiva linguística sobre a relação entre a nomeação dos objetos e a realidade.

Em nossa análise destacamos que a posição convencionalista é mais amplamente aceita na filosofia e na linguística contemporâneas, uma vez que se alinha com a ideia de que a linguagem é um sistema de signos arbitrários estabelecidos por convenção social.

Justificamos nossa pesquisa por via de desdobramentos geo-históricos alinhados ao pensamento da filosofia da linguagem grega antiga (clássica), em que as questões sobre como as palavras se relacionam com a realidade e como essa relação influencia nosso conhecimento do mundo na sua história, seus espaços geográfico e cultural. Em suma, o “convencionalismo geopolítico linguístico aristotélico” reflete a visão de que a linguagem, enquanto fenômeno natural e convencional, é central para a constituição das estruturas geopolíticas e sociais humanas, sendo também um meio pelo qual as diferentes culturas interpretam e se conectam com a realidade no mundo e nas sociedades.

## **2.1 O CONVENCIONALISMO INDIVIDUALISTA PLATÔNICO**

Platão, sem resquícios de dúvidas, tornou-se um pensador bastante citado academicamente. O filósofo grego, desde sua origem no pensamento helenístico, influencia grande parte dos debates da filosofia ocidental, ostentando um campo vasto que se segue numa trajetória histórica da evolução do pensamento desde o espaço geo-histórico da Grécia até o contemporâneo. Malgrado o destaque acadêmico do ateniense, interpretar suas ideias não é exercício simples, muito menos labor sem esforço de todo aquele que se desafia a entender seus pensamentos. Um dos expoentes filosóficos da era



clássica grega, discípulo de Sócrates, ainda hoje movimentada discussões entre os diversos pesquisadores na atualidade, e entre aqueles que buscam auxílio para o desenvolvimento reflexivo no campo do conhecimento humano da comunicação: a linguagem.

Esse discípulo socrático, Platão, até os dias hodiernos, é base e fundamento epistemológico para profícuas reflexões, como já dissemos, para discussões referidas à linguagem e seus desdobramentos científicos. Portanto, neste trabalho, traremos uma construção descritiva dos dois tipos de discursos da “teoria linguística” de Platão, mais precisamente, sobre sua filosofia da nomeação, em torno dos conceitos: (i) Naturalismo e (ii) Convencionalismo para um arcabouço epistemológico da linguagem, com o intuito de esboçarmos uma introdução em nosso debate aqui para compreender as bases oferecidas pelo filósofo grego, e que ainda servem de introdução profunda aos estudos sobre a linguagem dentro do que podemos conhecer como a região grega. Pois

O Crátilo de Platão é a referência fundamental para encetar reflexões sobre linguagem, e em mais específico, sobre semântica. Nele está o embasamento do raciocínio moderno, em que se possibilitou aperfeiçoar abordagens da linguística contemporânea, de Saussure a Chomsky, e contributos interdisciplinares relevantes ao estudo da linguagem ou, contemporaneamente, a crítica da linguagem. (Prazeres et alii, 2013, p. 100, grifo nosso).

Os manuais de apoio e livros de crítica sobre o percurso historicista da linguagem, como tema da filosofia e demais ciências da linguagem, trazem e evidenciam ao pesquisador (ou qualquer outro leitor crítico interessado acerca do assunto) o seguinte: a obra *Crátilo* de Platão é parte histórica e epistemológica que deu início à linguagem como aparato de pesquisa e discussão; em outros termos, a filosofia da linguagem tornou-se assunto de investigação reflexiva nos diálogos platônicos, embora possa afirmar-se que as questões atuais sobre a linguagem aparentemente divergem desse diálogo – *Crátilo*.

O debate desenvolvido no diálogo origina um caloroso certame, e mais tarde, influenciará uma tradição filosófica; a saber, a natureza da linguagem e do seu conteúdo significativo (de maior costume de uso, fala-se na relação da palavra e seu significado), portanto, de uma ideia de essência linguística e uma estrutura semântica dos termos. Inicialmente, com base em *Crátilo*, podemos pensar que a natureza da linguagem, isto é, das palavras, auxiliam para uma espécie de acesso ao conhecimento sobre a realidade, o qual trata ou aponta para o espaço das coisas, dos objetos, dos seres em geral.



Não é de se contestar, o discípulo de Sócrates há muito se ocupa do assunto, e nas linhas que se seguem de sua obra

A pergunta fundamental de Platão aqui é: a linguagem (no caso, as palavras) pode contribuir para o conhecimento da realidade? Em consequência disso, do modo como essa questão é formulada, a discussão filosófica sobre o significado das palavras estará irremediavelmente atrelada ao problema do conhecimento como definidor da preocupação filosófica – o assim chamado projeto epistemológico, que aproxima filosofia e ciência e entende a primeira como um tipo de ciência mais geral e mais fundamental. (Marcondes, 2009, p. 12)

Percebamos e atentemos ao fulcral da questão platônica: a realidade interferirá ou sofre interferência ontológica e linguística das palavras, daquilo que dizemos, da possibilidade dos termos alcançarem sua essência das e nas coisas? Parece improvável, hodiernamente o debate aparentemente já se fechou acerca do assunto. Entretanto, por hora, nos é válido rememorar e destacar o fato histórico que repercutia no espaço geolinguístico da antiguidade helenística levantado pelo ateniense, e que suscitou e perdura o incentivo para posteriores reflexões.

O Crátilo de Platão é um dos textos mais antigos da tradição filosófica ocidental a explorar a racionalidade por trás da nomeação. O texto questiona se os nomes em circulação são apropriados para designar aquilo que eles designam e, indiretamente, quais seriam os procedimentos a serem seguidos para nomear o que quer que seja. A pergunta geral que ronda o Crátilo é: A que título *n* (onde *n* representa um item qualquer) leva o nome “N”? O Crátilo examina **duas hipóteses** que podem conduzir a uma justificação. (Neto, 2011, p. 7, grifo nosso).

A questão acima desencadeou respostas que foram base e fruto do diálogo sob o título “Sobre a correção dos nomes”. Nesse subtítulo, a discussão institui um percurso que tratará exatamente daquilo que acima comentamos: a linguagem seria natural? O significado das palavras desencadeia-se nessa suposta natureza da linguagem? Ou não, tudo se inclina ao convencionalismo entre os homens?

A primeira hipótese (ou como preferimos nomear: linha teórica da linguagem) levantada que se denomina de tese ou teoria naturalista da linguagem, em que “O naturalismo caracteriza-se por defender que há uma relação natural entre o signo e a coisa significada: o signo deveria possuir uma natureza comum com a coisa que significa, contribuindo assim para o conhecimento desta.” (Marcondes, 2009, p. 12). Essa tese é defendida pelo personagem que dá nome à obra – Crátilo. De acordo com Neto (2011), admite-se um isomorfismo entre a palavra e aquilo do qual a palavra designa, isto é, o nome tem relação íntima com o objeto nomeado, embora haja



restrições relacionais e linguísticas sobre a realidade daquilo que se está atribuindo algum aspecto, ou seja “dado um item não qualquer, a natureza objetiva de não impõe certas restrições sobre a gama de possibilidades de nome que lhe podem ser atribuídos” (Neto, 2011, p. 19). Ao nosso ver, isso seria uma hipótese bastante alinhada a certas tendências dos estudos de filologia e historicidade etimológica das línguas naturais. Dito isso, nosso intuito será apenas descritivo geo-histórico, e ademais, nossa discussão simpatiza e se restringe mais à linha de pensamento do convencionalismo linguístico. Por razões um tanto óbvias, visto que nela se encontra maior aceitação por parte dos estudiosos atuais.

A outra tese ou teoria trata daquilo que na comunicação humana, e nas relações reflexivas sobre teorias da linguagem, designou-se por convencionalismo<sup>91</sup>, visto que essa ideia percebe, na relação entre palavra e objeto ou coisa e ente qualquer, seu estatuto fundamental cujo aspecto nada mais é do que convenção entre culturas humanas, de forma arbitrária no espaço de discussão e formação linguística. Desse modo, torna-se coerente afirmarmos e apoiarmos nossa ideia de que

A justificação nesse caso assume: “*N*” é o nome *correto* de *n* quando a correlação “*N*”:*n* for aquela estabelecida por uma determinada comunidade linguística. Ou seja, dado que a linguagem como um todo é um sistema de regras convencionais, as regras de nomeação são também convencionais e seguem os padrões do sistema (como *correto* é aquele em acordo com os padrões do sistema). (Neto, 2011, p. 7)

O discípulo de Sócrates, ao escrever sua obra “Sobre a correção dos nomes”, pôs nos discursos do personagem Hermógenes uma ideia culturalmente relacionada às ideias elaboradas pelos sofistas. Contudo, Hermógenes parece ser mais tímido, talvez particularmente aparentando uma ingenuidade por conta de sua curiosidade acerca do enigma de Crátilo (este apresenta uma teoria distinta, já antes mencionamos como ideia naturalista). E o personagem que antes houvera consultado outros sofistas sobre o tema em questão, chega em suas considerações de que a correção dos nomes ou palavras se fundamenta na convenção entre os falantes. Em razão disso, afirmar-se o seguinte

El convencionalismo reflejado en el Cratilo parece reducirse a esa idea básica y no constituir lo que se dice una teoría. Los argumentos, más bien escuetos, en que Hermógenes apoya tal idea se centran fundamentalmente en el

<sup>91</sup> Entende-se como fundamento epistemológico entre os círculos de estudiosos da linguagem e suas ciências (a linguística moderna e/ou semiótica e suas diversas correntes). (Oliveira, 2000; Neto, 2011; Prazeres, 2013)



fenómeno de la variabilidad, real o posible, de la significación. Más o menos como para la forma de ver moderna, para Hermógenes ese fenómeno implica la convencionalidad de los signos lingüísticos...[...] (Sinnott, 2004, p. 111)

Dito isso, vejamos em detalhe como se iniciou o debate entre os personagens, nas linhas seguintes optamos por reescrever o trecho na tradução para o português, diretamente do grego, feita por Celso de Oliveira Vieira, na edição da editora Paulus (Platão, 2014, pp. 23 e 24, grifos nossos):

**H.** Você quer compartilhar a nossa fala com o Sócrates aqui? / **C.** Se for essa a sua opinião... / **H.** Sócrates, o Crátilo diz existir uma correção dos nomes inerente à natureza de cada um dos seres. Um nome não seria isto que alguns, pronunciando partes de seu idioma, **convencionaram** usar para chamar. Haveria sim uma correção inerente aos nomes, a mesma para todos, gregos ou estrangeiros. [...] Para estabelecermos uma posição comum é preciso averiguar se é do jeito que você ou o Crátilo fala. / **H.** Sócrates, para mim, após ter discutido várias vezes sobre isso com muitos outros, não consigo ser persuadido de que haja uma outra correção para um nome além de uma **convensão** confirmada. Na minha opinião, se alguém coloca um nome numa coisa, este está correto. Depois disso, se for mudado para um outro nome, e ninguém mais chamar pelo primeiro nome, o novo não vai ser menos correto do que o anterior. É o mesmo caso de quando mudamos o nome de algum serviçal: o posterior à mudança não é menos correto do que aquele que foi estabelecido primeiro. Nenhum nome é inerente à natureza de nada, ele apenas segue as normas e hábitos de quem o habilitou ao chamar. No entanto, se não for assim, eu me prontifico a aprender dando ouvidos ao Crátilo ou a qualquer outro. / **S.** Talvez seja como você está falando, Hermógenes, mas vamos verificar. Você diz que o nome de cada um é aquele pelo qual alguém o chama? / **H.** É a minha opinião. [sic].

Desse modo, quando o personagem Hermógenes afirma e apreende a ideia de que todo nome ou palavra ao ser formulada por qualquer sujeito usuário de determinada língua (seja estrangeiro, seja compatriota) em relação a um objeto ou ser (in)existente será aquilo nomeado como algo relacionado à realidade no mundo ou possivelmente fora dele, isto é, o ser nomeado torna-se verdadeiro, portanto não abrirá margens à possibilidade de causa de erro no que diz respeito aos termos criados (ou seja: as palavras) a eles referidas.

A tese defendida por Hermógenes pode ser resumida da seguinte maneira: a correção dos nomes só pode ser fruto de uma lei (nomos) e costume (ethos) estabelecidos pelos homens através de convenções e acordos. **Cabe a cada sociedade, arbitrariamente, fundar e estabelecer as normas do uso dos nomes, isto é, não há nenhuma norma exterior à decisão humana que coordene esta prática.** Como foi dito anteriormente, Platão, ao apresentar a tese de Hermógenes, nos coloca no centro de uma discussão amplamente disseminada na época dos sofistas; e postura de reivindicar, para os homens, o poder de criar suas próprias regras sociais e religiosas é característica de tal época. (Monteiro Junior, 2011, p. 25, grifos nossos).



Dito isso, afere-se que nada que dê fundamento ao termo pode ser causa objetiva natural para sustentá-la em sua formação supostamente ontológica, visto que o nome ou a palavra qualquer pode ser fato de nomeação (isso é, referenciação) entendida como sendo correta de todo ser ou coisa na realidade ou fora dela. Em suas últimas palavras: “Hermogenes' conventionalism is important as a comparatively reflective and plausible way of defending this endorsement of the given; his legitimation of private naming is merely an unavoidable corollary to this defence.” (Barney, 1997, p. 146)<sup>92</sup>. Por fim, é dessa forma que afirmamos e definimos o debate platônico sobre linguagem em tais termos como convém ao nosso estudo e pesquisa descritiva.

## 2.2 O CONVENCIONALISMO GEOPOLÍTICO-LINGUÍSTICO ARISTOTÉLICO<sup>93</sup>

Retomando nosso raciocínio, nosso intuito não é pormenorizar as diversas discussões e debates acerca da linguagem em suas distintas linhas de pensamento na história, todavia iremos esboçar as ideias consideradas por nós mais pertinentes e que se alinham à nossa proposta temática. Por agora, iremos tomar como base, para as linhas que se seguirão, o percurso desenvolvido pela linguista Maria Helena de Moura Neves (1981), a qual sinteticamente traça de forma formidável aquilo que ela denominou de teoria linguística aristotélica.

O trabalho de Neves é uma reformulação de um tópico de sua tese de doutoramento (1978), cujo tema abordado nos é relevante a ser descrito. Nosso intuito é, a partir do conteúdo dado, direcionar aquilo que é restrito ao objetivo aqui de nosso trabalho, isto é, estritamente geo-histórico-descritivo. Nosso interesse não ultrapassará as ideias contidas na historicidade crítica filosófica sobre o pensador Aristóteles, mais especificamente suas reflexões acerca da linguagem. Por conseguinte, a temática se delimitará na atenção que foi dada pelo estagirita acerca de dois pontos, os quais

<sup>92</sup> “O convencionalismo de Hermógenes é importante como uma forma comparativamente reflexiva e plausível de defender esse endosso do dado; sua legitimação da nomeação privada é meramente um corolário inevitável dessa defesa.” (Barney, 1997, p. 146, tradução nossa)

<sup>93</sup> El convencionalismo lingüístico, cimentado conceptualmente em la obra de Platón en la forma que hemos procurado mostrar, se prolonga en la filosofía de Aristóteles, que en este campo notoriamente recoge los resultados a los que la laboriosa reflexión de su maestro había llegado tras um creativo diálogo com la tradición filosófica precedente. Com la recepción aristotélica se consolidará em la fase clásica el predominio de la **visión convencionalista**, eclipsada, sin embargo, más tarde, em la etapa helenística. (Sinnott, 2004, p. 119, grifo nosso)



consideramos mais interessantes para nosso intento aqui: (i) a natureza da linguagem como ferramenta política do lógos, (ii) seu aspecto funcional em razão de sua estrutura ontológica (isto é, suas categorias) e lógica.

A linguagem como parte da natureza humana, sem esquecer, claro, suas funções alinhadas às particularidades culturais, pode e adequa-se como função expressiva de tudo que é existente na realidade (iremos mais além, até das coisas criadas pela nossa expressão psicológica). Tomando conhecimento de tal fato, Aristóteles se pôs a estudar esse fenômeno comunicativo onde quer que ele aparecesse, pois percebeu nele, que ao examiná-lo, poderia em contrapartida analisar a realidade nomeada pela linguagem, isto é, o mundo poderia ser objeto de investigação filosófica. Não é por menos que, em seu *Órganon*, o discípulo de Platão tratará daquilo que ele denominou como “categorias”. Em relações disputáveis e conflituosas, essas categorias (fundamentalmente acerca do pensamento) alinham-se a outras categorias, estas estritamente linguísticas. Não é de todo indispensável refletirmos acerca da formação desse termo, que, em sua composição lexical do grego antigo “κατηγορία” traz em seu sentido “falar ou perguntar pelas coisas”, “perguntar sobre a realidade por meio da linguagem”.

Ao examinar o conjunto estrutural vocálico do homem como suporte biológico em razão de seu funcionamento como órgão linguístico, o filósofo examina os diversos contextos além da produção meramente sonora. Ele já admitia que a voz seria condição estabelecida para haver linguagem. Ora, linguagem é biologicamente atributo intrínseco ao homem, visto que este pode vocalizar e articular sua voz ao emitir construtos verbais com sentido e arranjos do pensamento, “dizer as coisas” é parte funcional (por isso articulada) vinculada às categorias como atributo da fala. Portanto, o homem é um ser que fala e pela língua emite seus padrões convencionais acerca da sociedade (geopolítica), história, cultura e filosofia.

Aristóteles afirma que o homem é um “animal político” (mais precisamente, um “ζῷον πολιτικόν”), o qual supera o conjunto de outras espécies agregadas na natureza. Isso explica o motivo do porquê sua função linguística faz dele um ser atribuído de atividades onde não encontramos em qualquer outra “sociedade animal”, estamos nos referindo a sua capacidade de organizar uma sociedade política por conta exclusivamente da sua natureza linguística. Em suma: o homem é de fato o único ser dotado da capacidade de falar, e fazer dessa sua competência natural de organizar comunidades com suas culturas e valores tradicionais. E como assevera Marcondes



(2009, p. 22) ao comentar sobre a *Política*: “Aristóteles caracteriza a linguagem como definidora da natureza humana, na medida em que o homem é um ser social e é precisamente o uso da linguagem na comunicação e na negociação política que torna possível a vida social.” E para corroborar à essa ideia, vejamos a seguinte assertiva

A linguagem está no homem suscitada pela sua vocação de animal político e operada pela sua natureza, a fim de que essa vocação se possa cumprir. Só a voz articulada, a palavra humana, tem um sentido, o qual é dado pela faculdade exclusivamente humana de distinguir o bem do mal, o justo do injusto, isto é, pela condição de animal político que é característica do homem. (Neves, 1981, p. 58).

Como acabamos de perceber, o trato sobre a questão política, no homem e sua natureza, inclui nele e em sua competência uma particularidade de ser racional e organizador de uma sociedade permeada por convenções, contratos culturais e geo-históricos. Pensando sobre isso, essa natureza política faz do homem um ser que possui característica e capacidade, através de sua habilidade linguística, de exprimir aquilo que lhe convém ou o que seria inconveniente, ele separaria aquilo que lhe toma como justiça e injustiça. Portanto, é pensando sobre isso, que a linguagem como prática social lhe confere a finalidade de desenvolver normas e leis para estar em convívio entre outras comunidades e culturas, obedecendo suas formas e contratos não somente particulares, mas especialmente coletivos.

Segundo Neves (1981, p. 58), nessa junção entre fundamento natural (biológico) e fundamento teleológico, o filósofo põe o *lógos* em debate e reflexão, daí fundamentar-se três posturas acerca da linguagem, mais precisamente fundamentar aquilo que a linguista Neves denominou como a teoria linguística de Aristóteles: (i) a linguagem faz parte da natureza do homem, lhe sendo inerente por competência racional como animal político; (ii) a linguagem, como exercício político, condiciona ao homem um atributo que lhe confere desempenhar sua habilidade intelectual, racional e referencial com a realidade; (iii) existe uma forma estrutural e definida de linguagem que expressa sem equívocos a verdade física (natural) da realidade. Nessa linha de pensamento, conjecturamos o seguinte: é nesse caráter político e de exercício teleológico que a linguagem pensada pelo estagirita ganha nomeação de linguagem científica (e porque não dizer da existência de uma linguagem epistemológica e convencional?).

Ao atuarmos como falantes de uma cultura no mundo, ao fazermos referência aos entes ou coisas na realidade com objetivo de descrevê-los e falar das suas



qualidades ou aspectos, sempre estaremos condicionados e capazes de tomar essas coisas conforme uma ordem de classificação por via de uma lista de palavras, termos e expressões. Logo, nosso intento é condicionarmos em busca de respostas por meio de perguntas feitas a respeito dessas coisas e entes. Não seria nossa intenção descrever de forma adequada? Qual seria o meio para tal ação comunicativa? Ora, a linguagem é esse meio e as categorias aristotélicas seriam um dos recursos da própria ação linguística no esforço de alcançar e ter acesso à realidade natural. Tanto nos espaços históricos, bem como nos limites geográficos que se delimitam os usuários de uma dada linguagem e/ou expressão comunicativa.

Atribuindo nossas reflexões às categorias aristotélicas, somos capazes de compreender que a linguagem, enquanto expressão simbólica da realidade, não substitui as coisas reais na natureza, nem muito menos traz para dentro da mente a realidade dos objetos no mundo. Nessa lógica de raciocínio discursivo, a referenciação às coisas e entes da realidade feita por nossa habilidade linguística ainda expressa tão somente uma devida proporção espacial entre aquilo que é mencionado ou nomeado e o objeto (ou ente) em si mesmo. Pensando nesse espaço entre o nome e a coisa, tal distância pode ser alcançada, por isso menos complexa de atingir, e a via a caminhar seria por meio de ideias (ou como gostaríamos de nomear “engenhos de ideias categóricas”) capazes de formular uma ligação bastante firme entre nossa capacidade linguística e os entes do mundo, isso é, nossa própria linguagem e os objetos reais na natureza. Ou seja, as categorias aristotélicas, fundamentadas e descritas no *Órganon*, são como vários modelos gramaticais com intuito acessar a realidade por via da linguagem; e como tal, para descrever a realidade natural e transformá-la em realidade para nós, essas categorias nos seriam modos instrumentais de acesso mental e linguístico.

Conseqüentemente, podemos sim asseverar que sem a existência da linguagem e sem qualquer habilidade de comunicação linguística não nos restaria acesso ao mundo e as coisas reais na natureza, todavia esse pensamento só tem sentido se incluso no debate que estamos discutindo até então, de que a capacidade de linguagem descritiva (por vias categóricas) é uma espécie de propriedade específica, que só se faz existente quando na circunstância em que nosso comportamento natural (de inclinarmos-nos à descrição da realidade) se põe válido via regras incutidas na linguagem, ou de outro modo, por vias convencionais linguísticas e culturais. Por isso, ao retratarmos a realidade tentamos categorizá-la no mundo; e tudo aquilo, que podemos dizer dela, tornar-se-á uma



possibilidade de divergências descritíveis entre as diferentes línguas e culturas. Cada coletividade cultural terá sua possibilidade de descrição da realidade, das coisas no mundo que podemos alcançar pela palavra, por via da nomeação (referenciação).

Esse fato, alcançar a realidade pela nomeação; essa apropriação comunicativa nos traz a ideia a seguinte informação linguística: sobre o conceito, palavra e coisa há uma correspondência, mas não significa que essas três propriedades naturais, para realização da comunicação, devam ser congruentes ou harmônicas em sua constituição de expressão. A linguagem mostra e aponta para a relação do conceito com a coisa, porém na relação do objeto e o termo (isto é, a aquilo que se diz sobre a coisa) não há associação de aspectos que se assemelham. Ora, ao definir o nome, Aristóteles parte da ideia de que, aquilo que o nome possui como forma de significado, é estritamente convencional.

O nome é um som articulado e significativo, **conforme convenção** e sem o tempo, e do qual nenhuma parte separada é significativa. [...] A expressão “**conforme convenção**” quer dizer que nada por natureza pertence aos nomes, mas vem a pertencer quando se torna símbolo, uma vez que mesmo os sons inarticulados, como os das feras, revelam algum significado, ainda que nenhum deles seja nome. (Aristóteles, 2013, pp. 3 e 4, grifos nossos).

Em contrapartida, acerca do que debatemos acima sobre a questão da natureza comunicativa a partir das três propriedades para a expressão linguística, também queremos destacar as palavras da linguista Neves, que diz o seguinte:

A teoria da significação aristotélica prevê, pois, o signo, o conceito e o referente. Este não é simplesmente a coisa individual, pois, o intelecto pode representar Sócrates, por exemplo, como homem, como animal, como bípede, como branco, como uma espécie etc. Através desses conceitos as palavras se referem a tudo o que existe. Há, pois nos nomes, *significação*, **algo que resulta de acordo e convenção**, algo que está na esfera do simbólico, não, portanto, no reino da *phýsis* [...]. (Neves, 1981, p. 60, grifo nosso)

Ora, para Aristóteles, a linguagem é passível de instrumentalização do pensamento humano e por isso tem como forma de ação incutir, para esse pensamento no homem, a ideia de projetar ou representar os seres e as coisas da realidade para o discurso verbal (consideramos que atualmente expande-se do discurso oral ao discurso também gestual e outras semióticas possíveis). Pensando acerca disso, podemos afirmar que as coisas ou a projeção delas, no discurso, só passam a ser como formas representativas, segundo ele, à proporção que a nomeamos como expressões de nossas impressões da realidade no mundo. Conforme o filósofo grego, a linguagem é natural no



seu papel funcional, e na sua conjunção fundamental é vista como instrumento convencional.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa real disputa epistemológica e filosófica acerca do debate platônico entre o pensamento naturalista da linguagem versus pensamento convencionalista da linguagem, Aristóteles identificou-se com maior rigor e inclinação às ideias de Demócrito, abraçando fortemente a concepção convencionalista, e passando a defender, portanto, a tese de que: “A linguagem resulta de uma convenção, visto que nenhum nome surge naturalmente. A onomatopéia não pode invalidar este princípio, pois as formas onomatopaicas variam de língua para língua...” (Robins, 1979, p. 15).

Dito de outro modo, a linguagem faz parte como expressão humana: (i) na natureza em seu aspecto funcional para instrumentalizar as ideias e formas de pensamentos; e (ii) no aspecto de sua origem, ela é convencional. Por isso, num contexto entre vivências sociais e culturais, os homens passam a criar normas e regulamentos “artificiais”, que passam a fazer parte das estruturas (instrumentais) da comunicação humana por via das línguas.

Pois bem, primeiramente deve-se ressaltar que, como vimos, Aristóteles não emprega o termo “convencional” no contexto genético-linguístico como o faz Hermógenes. Nosso filósofo está preocupado em determinar o *princípio regente* da linguagem. Em outras palavras, quer investigar a *essência* desta potencialidade humana que nos torna tão diferentes dos outros animais. Que a linguagem não seja composta de meros sons, mas antes de sons convencionalmente significativos, indica justamente a intervenção da racionalidade humana sedimentada ao longo da tradição. (Santos, 2002, p. 89)

Doutro modo, não seria um conjunto de uma necessidade funcional da linguagem esse aspecto relacionado à convenção, em suma: aparentemente aquilo que é natural nas línguas, sua função, passa por crivos normativos convencionais para que haja a comunicação e suas regularidades acordadas entre culturas diversas. Ponto interessante esse que, ao nosso ver, influenciará e dará fundamento posterior às causas geo-políticas, históricas e culturais da linguagem.

### 4 REFERÊNCIAS

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação  
filosófica, científica e tecnológica.

ARISTÓTELES. **Da Interpretação**. Tradução: José Veríssimo T. da Mata. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

BARNEY, Rachel. Plato on Conventionalism. **Phronesis**, Ottawa. Vol. 42, n. 2, pp 143-162, jan., 1997.

MARCONDES, Danilo. **Texto básicos de linguagem: de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MONTEIRO JUNIOR, Carlos. **A linguagem no Crátilo de Platão**. 95f. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Rio de Janeiro: Departamento de Filosofia da Universidade Católica do RJ, 2011.

NEVES, M. H. de M. A teoria linguística em Aristóteles. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 25, n. 0, s/d de mês, 1981.

NETO, Alberto Moniz da R. B. **Sobre o Crátilo de Platão**. Tese (Doutorado em Filosofia). 108 f. Universidade de São Paulo – Departamento de Filosofia: Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Reviravolta-Linguístico Pragmática na Filosofia Contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

PLATÃO. **Crátilo ou sobre a correção dos nomes**. Tradução: Celso de Oliveira Vieira. São Paulo: Paulus, 2014.

PRAZERES, Rogério S.; AQUINO, José M.; MARQUES, Heitor R. A busca pela verdade no Crátilo: Naturalismo e Convencionalismo na concepção platônica. **REVELETEO - Revista Eletrônica Espaço Teológico**. São Paulo, Vol. 7, n. 11, pp. 99-107, jan/jun, 2013.

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Tradução: Luís M. M. de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

SANTOS, Fausto dos. **Filosofia aristotélica da linguagem**. Chapecó: Editora Universitária Argos, 2002.

SINNOTT, Eduardo. La elaboración del convencionalismo lingüístico en Platón. **Stromata**, Samora. Vol. 60, n. 1 / 2, pp. 99-120, jan/jun. 2004.